

ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA PLANO DIRETOR PARQUE IBIRAPUERA

1. Data, Hora e Local

Realizada no dia 14 de agosto de 2019, no auditório da UMAPAZ, situada na Av. Quarto Centenário, 1268, Vila Mariana, nesta capital.

2. Participantes

Sociedade Civil

3. Ordem do dia

Minuta do Plano Diretor do Parque Ibirapuera

A Senhora Tamires Carla de Oliveira, Diretora do CGPABI, presidindo a Audiência Pública, deu início aos trabalhos às 18h45min, dando boas vindas aos participantes e informando sobre a transmissão deste ato público, ao vivo, pelas redes sociais da UMAPAZ e a transmissão simultânea em sala extra, caso não haja disponibilidade de assentos no auditório, ao atingir lotação máxima. A Sra. Tamires comunicou a assembleia que Audiência Pública está sendo gravada e a participação dos presentes poderá ser realizada por papel ou pelo microfone, porém as manifestações orais não deverão ultrapassar 3 minutos de fala.

Ainda com a palavra, a Diretora do CGPABI apresentou um panorama geral do processo participativo de elaboração do Plano Diretor do Parque Ibirapuera, enfatizando as oficinas, reunião devolutiva, fórum e início do período de Consulta Pública, atividades que já ocorreram até o presente momento, enfatizando, logo em seguida, a agenda que ainda será implementada como a Audiência Pública na Câmara Municipal de São Paulo – CMSP (15/08), fóruns temáticos e a segunda Audiência Pública da pasta, marcada para o dia 24/08; pontuou que a pesquisa com os usuários do parque conta com 292 formulários preenchidos e a consulta na plataforma “Participe Gestão Urbana” já conta com 56 contribuições até o dia de hoje.

Dando prosseguimento a Audiência Pública, a Diretora do CGPABI deu início às inscrições para manifestações escritas e orais:

Pedro Reis, corredor de rua: criticou as limitações dos usos das zonas esportivas após às 19h; apontou também que o local indicado como zona esportiva, no meio do parque, dificulta a logística das assessorias de esportes, pois haverá a concentração de assessorias em um mesmo lugar; é preciso repensar o estacionamento também.

Mário Sérgio, assessoria esportiva: informou que é frequentador do parque há 25 anos e questionou os detalhes do uso das zonas de uso esportiva delimitadas no plano diretor, pois o ideal seria escutar melhor os usuários e perceber seus hábitos, para depois levar essas constatações ao Plano.

Fernando Sampaio, usuário e corredor: criticou o fechamento do parque às 19h para os corredores; e a limitação dos treinos aos sábados começarem somente às 8h. Concentração do uso das assessorias esportivas em um local também é equivocada.

Luís, usuário: apontou a necessidade de melhorar a limpeza do Ibirapuera, o parque está muito sujo, e o que resolve é educar as pessoas, pois a partir desse recurso as pessoas poderão agir diferente.

Marcos Paulo, assessoria esportiva: parabenizou a prefeitura pelo espaço de participação, enfatizou que o papel das assessorias esportivas trouxe segurança para o parque, caso haja a limitação do espaço da zona esportiva, em um só lugar, a segurança do parque irá diminuir.

Téo, Conselho Municipal do Idoso: criticou o processo, enfatizando que são muitos anos de concessão para que não se discuta profundamente.

Helena Barroso, aposentada da SVMA: o plano diretor é uma conquista, uma reivindicação que está sendo atendida, ou seja, não é o momento pra se dizer que esse processo não deveria estar acontecendo, foi uma exigência da sociedade civil para os seus representantes.

Antonio Carlos, CGPI e usuário: sabendo que Construcap irá reformar vários prédios, como se dará a manutenção? Como será a gerência de um conserto após a reforma?

Riciane: atentou para vários detalhes errados no corpo da minuta, como o nome de nascentes e córregos; chamou atenção para o melhor planejamento na questão hídrica, a microbacia do sapateiro é muito importante para cidade, e essas bacias estão assoreadas e poluídas, é preciso trabalhar a questão hídrica de forma mais detalhada no Plano Diretor.

Michele, usuária, corredora: não concorda com a restrição do horário das assessorias esportivas, o parque não é privado, não se trata de uma privatização, porque tanta restrição tendo em vista que a finalidade e uso do bem público é coletiva?

Tamires faz a devolutiva:

Assessorias Esportivas é um movimento que vem se tornando muito forte em vários parques e de forma muita rápida, a ideia não é restringir, mas colocar algumas regras, cabe uma revisão dentro da realidade; importante levar em consideração quem trabalha o dia inteiros; não queremos criar um desconforto.

Heraldo, Diretor do Parque: é preciso dialogar com as assessorias e construir conjuntamente as regras, alguns usuários reclamam que os educadores físicos colocam óbices em algumas passagens, som alto etc.. O pessoal quer trabalhar o ambiente interno sem aceitar muito o ambiente externo.

Tamires com a palavra mais uma vez: a ideia da concessão é otimizar a manutenção, portanto, a Construcap não está restrita a fazer reformas no parque, ao contrário, a concessão visa uma manutenção com maior eficiência. A secretaria não vai deixar de existir com seus órgãos de fiscalização, assim como os tombamentos também continuarão existindo como instâncias de controle da concessão. A questão de resíduos passa pela educação das pessoas, a cidade gasta muito dinheiro com o recolhimento do lixo, é preciso investir em educação ambiental, mas é preciso bom senso do usuário. Quanto aos termos equivocados, é preciso apontar e escrever na consulta como contribuição, teremos um fórum específico sobre a questão da água, tentaremos ainda equalizar essa questão e alterar pontos.

Tobias Furtado, PIC: ressaltou a importância do Plano Diretor e dividiu com todos o quanto se sentia feliz por aquela discussão está acontecendo, porém questionou a legitimidade do plano, pois enquanto na visão dos antigos planos diretores a tendência era diminuir as vagas de estacionamento, esse plano quer aumentar, o que significa que ele necessariamente quer tornar o plano de negócios e referências viável para a licitante, ou seja, esse plano não é isento, não tem visão de futuro, só percebe a viabilidade econômica da futura concessionária.

Téo: colocou que o parque é o pulmão da cidade, e, portanto é preciso saber qual a proposta da Construcap para as mudanças climáticas.

Daniel, usuário: perguntou se somente duas audiências públicas irão resolver o futuro do parque.

Assucena, CGPI: informou que trabalha no parque há 27 anos e que não pode ser conivente com esse Plano Diretor. Pontuou que o Sr. Roberto Capobianco em reunião com o Conselho Gestor deixou claro que não quer colocar roda gigante ou pedalinho no parque, mas o que os usuários querem saber não é o que não vai ter na concessão, mas o que irá ter. A exemplo do Campo Experimental da Escola de Jardinagem em que o plano diretor fala em colocar restaurantes e refeitórios, nenhum técnico da escola de jardinagem apresentou esse pleito, ninguém lá quer cozinhar. Quanto à flora, as descrições junto com o inventário constante na minuta estão bons, mas como estão essas árvores? É preciso diagnosticá-las, pois algumas precisam ser tutoradas e amarradas.

Aldo, usuário: expôs que a divulgação dessa audiência pública foi zero, ressaltando que os usuários querem menos estacionamento e mais áreas permeáveis, finalizando com a seguinte pergunta: para os próximos 35 anos será que o parque pode recuperar a área que já teve?

Chicão, usuário: alertou que o processo está comprometido, a oferta da concessão desde o início passou longe da SVMA, a discussão ocorreu na SPP, sempre pensando no que o governo iria ganhar; é tão claro que na calada da noite o governo retirou dos conselhos gestores sua participação deliberativa. Reconheceu o esforço da SVMA em elaborar o Plano Diretor, mas a Secretaria só apareceu como protagonista há dois meses.

Sheina, usuária: criticou o número de pessoas que participaram das pesquisas, disse que a leitura do documento é maçante, deveria ter contemplado uma metodologia mais atrativa, como *gamificação*, o estacionamento deveria ser público também e a iluminação do parque precisa ser melhorada, mesmo entendendo que a iluminação pode atrapalhar em algumas árvores.

Samuel Lloyd, Construcap: iniciou sua fala declarando seu integral apoio às assessorias esportivas, esclarecendo que as limitações trazidas no Plano Diretor não são da empresa, mas da Prefeitura, o desejo da Construcap é incentivar os paulistanos a prática de esportes. Enfatizou que o contrato de concessão que envolve a concessão dos parques é essencialmente de manutenção, a segurança patrimonial e a limpeza já são privadas, ou seja, licitadas, passando agora para Construcap, o que muda? O ganho será em eficiência, o planetário abrirá todos os dias, o Pacubra nesse momento está fechado, a Oca teve sua última exposição em janeiro etc.. O *payback* desse investimento não acontece em um ano só, mas precisa ser amortizado com o tempo, essa concessão abraça, inclusive, mais outros parques de periferia que não possui a condição financeira das pessoas do entorno do Ibirapuera, mas que poderão se beneficiar da mesma qualidade de serviço prestado. O Tobias divulgou que faríamos aquário na Serraria e outros projetos mentirosos, gostaríamos de deixar registrado que ele dissemina nas redes sociais do PIC *fake news*.

Daniela, assistente técnica do MP: deu início a sua fala elucidando que estava representando o Ministério Público. Ponderou que a fala do Samuel era confortante, mas que era necessário que o contrato fosse alterado para contemplar algumas garantias sociais, evitando o retrocesso social. Defendeu a retirada do Campo Experimental da Escola de Jardinagem da concessão, um pedido explícito do MP que não foi atendido, assim como um programa claro de gestão dos recursos hídricos que ainda estão muito vagos.

Victor Pereira, prestador de serviço para Construcap: relatou que estava surpreso com a desqualificação que alguns estavam apresentando a minuta feita pela SVMA, uma vez que há pouquíssimos planos diretores de parques urbanos no Brasil. Em 1996 o Plano Diretor do Ibirapuera tinha apenas 8 (oito) páginas, no PD de 2002 não mais que duas dúzias de páginas, e, por fim, o último de 2007 que é mais sofisticado, porém muito aquém com relação as diretrizes, o que faz da minuta apresentada pelo Verde, sem dúvida, o melhor plano diretor para parque urbano do Brasil, mas lógico que ele ainda tem muito o que melhorar.

Téo: quais são as experiências que a Construcap tem com a gestão de parques? Há política de *compliance*? Qual o grau de transparência que se adotará?

Tamires voltou com a palavra: pediu ao Tobias que divida com a SVMA o material de pesquisa com os usuários que fez. O estacionamento da Alesp já é liberado nos finais de semana. As mudanças climáticas serão abordadas em fórum específico. O Campo experimental é o local onde há as aulas de jardinagem da UMAPAZ, que continuará existindo, a mudança dessa situação somente pelo advento de lei.

Juliana, técnica da fauna da SVMA: nosso diagnóstico tem 28 anos, não tem 3 meses, não podemos dizer onde o papagaio fica, ele fica no parque inteiro, mas precisamos ainda acrescentar mais coisas no plano diretor e estamos trabalhando nisso.

Tamires: é importante ressaltar que a revisão do plano diretor se dará em 5 anos, portanto, não se coloca no tempo de 35 anos de concessão. Existe uma determinação judicial que será cumprida, estamos fazendo dentro das nossas possibilidades; a pesquisa ainda está aberta, a plataforma em que ela está disponibilizada foi uma sugestão do próprio Conselho Gestor.

Daniela, assistente técnica do MP: complementou sua fala indicando que só agora no mês de julho estamos assistindo o protagonismo da Secretaria do Verde, quem deveria discutir sobre Plano Diretor não é a Secretaria de Desestatização ou a São Paulo Parcerias.

Helena Barroso, aposentada SVMA: explicou que o plano diretor é mais amplo que a concessão, fazendo-se necessário deixar evidente que o plano diretor atende as resoluções do CADES. Aclarou, também, que a ideia original do “Zona Azul” era criar uma maior rotatividade no acesso dos usuários do parque, impossibilitando que pessoas que trabalhassem por perto do parque estacionassem durante todo o dia.

Silvio Rogério, usuário: apontou que o foco das discussões está muito voltada às assessorias e deveria estar centrada no usuário, como por exemplo, os bebedouros que logo cedo não funcionam, o foco não está sendo o corredor, mas as assessorias, o usuário final é quem precisa ser contemplado.

Tobias Furtado, PIC: disse que não faz “fake news”, mas que caso alguém estivesse utilizando o PIC para espalhar notícias inverídicas qualquer pessoa poderia comentar nas suas redes sociais ou bater um *print* e mostra-lo, tudo que já postou em suas redes são ideias que realmente já surgiram a respeito do que poderia ser feito no Parque, disse que para evitar as “fake news” seria importante que a Construcap então dissesse o que pretende realmente fazer. Continuou sua fala dizendo que realmente não há costume de fazer plano diretor de parque urbano, o Central Park nos EUA e o High Park na Inglaterra, possuem, por exemplo, plano de gestão, o plano diretor só precisa ser feito quando algo muito essencial muda, como no caso da concessão e o tempo médio de participação efetiva da sociedade na elaboração de um plano diretor são de dois anos.

Assucena, CGPI: se direcionou para o Samuel dizendo que “pra não ter fake news é só dizer o que vai fazer”. Depois, completou sua fala ilustrando que a juíza não impôs nenhum prazo para a Municipalidade, não falou que precisa ser feito em 6 meses, portanto, podemos pedir mais prazo. Destacou, ainda, que nenhum dos técnicos que indicou em lista para serem consultados durante a elaboração das diretrizes foram procurados.

Chicão, usuário: pontuou que o entendimento da maioria dos presentes é que há necessidade de mais tempo, a divulgação também precisa de mais tempo, é preciso escutar o contraponto de outros técnicos. O diagnóstico apresentado não dá conta dos usos do parque, a concessão é uma agenda de 2017 e agora a agenda é sobre a eleição do ano que vem, o usuário sempre é alijado. Precisamos prorrogar o tempo. O que foi feito até agora é bom e importante, a SVMA fez um bom trabalho, mas está a serviço da agenda do governo.

Débora, CGPI: indicou que o tempo para fazer o plano diretor sempre foi curto, não significa incapacidade dos técnicos da SVMA, mas restrição de tempo mesmo, a agenda foi apertadíssima, em uma mesma semana diversas oficinas, quem pode participar? Em nenhum momento estamos desmerecendo o trabalho do verde, mas o tempo é insuficiente.

Leonardo, assessor do Natalini: relatou que o plano diretor durante 30 dias foi elaborado pela SPP, mas a prefeitura percebeu que não era a melhor opção, não estamos aqui para julgar se o tempo é curto, mas percebemos que a discussão está sendo permeada pela questão do tempo, mas analisaremos o resultado. Somos contra a revogação do poder deliberativo do CG e por isso temos um projeto de lei para retomá-lo.

Juliano, CGPI: expôs que a concessão visa a manutenção e a gestão do parque e o plano diretor está seguindo a mesma linha, o que é um erro, pois não existe meta para daqui a 5 ou 10 anos.

Andreza, usuária: temos poucos usuários presentes, a maioria das pessoas aqui tem algum interesse no parque, eu não consigo imaginar o que pode piorar com a concessão, pois eu só vejo o parque esses anos todos piorando (foi intensamente interrompida pela assembleia).

Felipe, CGPI por 5 anos, arquiteto e aluno de jardinagem: apresentou brevemente sua história dentro do parque e narrou sua participação junto ao processo de concessão desde a fase do PMI, quando sua empresa contribuiu com estudos que serão ressarcidos posteriormente. Durante a pesquisa que realizou fez questão de se aproximar das pessoas do parque e dos seus setores, concluindo que a complexidade do parque encontrou na Construcap uma empresa com os princípios que se conectam com os seus objetivos.

Samuel Lloyd, Construcap: expôs que não existe nenhum processo perfeito, todo processo democrático tem falhas, mas é preciso que as pessoas estejam imbuídas de consenso, não existe no Brasil nenhum plano diretor de parque urbano melhor do que esse. Quanto as questões do Téo: a experiência técnica foi apresentada como requisito de qualificação da empresa no processo licitatório; e existe um programa de compliance desde 2013 na Construcap, semelhante ao que há na Petrobras.

Ana Maria, professora da escola de jardinagem: levantou a seguinte questão “será que há compreensão da complexidade do parque Ibirapuera?”, reconhecendo que não é tarefa fácil consolidar isso em plano diretor, lamentamos o fato de que a SVMA não esteve presente

desde o começo, o campo experimental precisa se manter com seu uso de aprendizagem e aulas práticas, que não foi colocado no plano, o campo é uma zona mais restritiva, muitos ninhos e abelhas e não conseguimos colocar no plano, a gestão do campo precisa estar servindo a UMAPAZ, deveria estar fora da concessão.

Léon, engenheiro civil: propôs uma enquete, quantos dos presentes querem que o prazo de elaboração do Plano Diretor seja prorrogado, acredito que mais da metade gostaria, quantos querem que o plano de negócios seja apresentado?

Luciana, arquiteta: estamos todos aqui alinhados em querer o melhor para o Parque Ibirapuera, é inegável até uma ignorância e falta de respeito com os técnicos falar que o Plano Diretor foi feito em três meses. A grande questão é de semântica: há coisas que precisam estar mais claras e expostas no documento como os prazos que estão bagunçados e a visão de futuro que não está precisa.

Marrie, arquiteta: chamou atenção para dois itens: as diretrizes para eventos, quais eventos? Com que frequência? Onde eles se localizariam? Tem alguns lugares em que os eventos seriam inviáveis, é preciso esmiuçar; e as diretrizes de projetos, quem vai fazer? Como serão escolhidos? Como a transparência pode ser assegurada?

Isabel, usuária: reconheceu que tem muito a melhorar no parque, o que seria ideal é que a educação ambiental se estendesse para o parque como um todo e não só em uma sala de aula. Apontou que depende de carro para acessar o parque, não acho que ele pode ser feito só para quem mora no entorno e que vem a pé. A reclamação que se faz hoje dentro do parque não é ouvida. Falta alguém para direcionar o que pode e o que não se pode fazer aqui dentro e eu queria que o parque Ibirapuera fosse um exemplo para os demais.